



404

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 0000015-46.2000.8.17.0510 (0212547-3)
Comarca: Condado
Juízo: Vara Única
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: Marcos Antônio Ferreira Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Relator convocado: Juiz Laiete Jatobá Neto

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE DO DEFENSOR PÚBLICO PARA ATUAR NA COMARCA. PRINCÍPIOS DA UNIDADE, INDIVISIBILIDADE E AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NÃO ACOLHIMENTO. PRELIMINAR DE SEPARAÇÃO INDEVIDA DE JULGAMENTOS. JÚRI QUE NÃO FOGE DA NORMALIDADE DOS CASOS DE COAUTORIA. PRELIMINAR ACOLHIDA. UNÂNIME.

1. A teor do art. 3.º da Lei Complementar n.º 20/98, são princípios norteadores da atuação da Defensoria Pública do Estado a unidade, a indivisibilidade e a autonomia administrativa, de forma que a atuação da defensor público, no caso, em nada feriu o direito do réu, mas conferiu concretude à ampla defesa e ao contraditório, que é um dos propósitos do Órgão. Ademais, como se sabe, a jurisprudência vem reconhecendo que tanto o reconhecimento de nulidade absoluta quanto o de nulidade relativa exigem a efetiva demonstração de prejuízo. Preliminar não acolhida.

2. Para acionar o artigo 80 do CPP, o magistrado deve demonstrar, argumentativamente, no caso concreto, de que maneira o julgamento simultâneo prejudica a busca da verdade real, de que modo insere-se no processo tumulto em face de diversidade de infrações apuradas ou de excesso de réus. Assim, a separação dos julgamentos só se justifica em peculiaríssima e excepcionalíssima situação. Na caso em concreto, trata-se de júri que, embora trabalhoso, não parece fugir da normalidade dos casos de coautoria. Tanto é que a decisão de desmembramento restou fundamentada em argumentos genéricos e conjecturas, insuficientes para justificar a cisão processual. Encontra-se ferido, assim, o princípio da unicidade do julgamento, que determina o julgamento conjunto, não só por razões de eficiência (economia processual), mas, principalmente, por motivação de justiça e equidade (evitar decisões contraditórias, com respostas diversas ou desproporcionais para o mesmo fato).

3. Preliminar acolhida, à unanimidade, para determinar a submissão do apelado a novo julgamento, juntamente com o corréu.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Criminal da Comarca de Condado, em que figuram como partes as acima nominadas. Acordam os Desembargadores componentes da Primeira



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em sessão havida no dia 03 de setembro de 2014, rejeitar a preliminar de ausência de legitimidade do Defensor Público para atuar na Comarca e acolher a preliminar de separação indevida dos julgamentos, conforme consta na ata de julgamento, relatório, voto e notas taquigráficas que passam a integrar o presente aresto.

Recife, 19 de setembro de 2014


JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO
RELATOR CONVOCADO



376
48

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

Apelação Criminal nº:	0000015-46.2000.8.17.0510 (0212547-3)
Comarca:	Condado
Juízo:	Vara Única
Apelante:	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado:	Marcos Antônio Ferreira Freire
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal
Relator:	Des. Fausto Campos
Relator convocado:	Juiz Laete Jatobá Neto

RELATÓRIO:

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo **Ministério Público** contra a sentença prolatada pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Condado, que, em observância à decisão do Conselho de Sentença, absolveu o réu da acusação de violação ao art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal.

Argumenta o *Parquet*, preliminarmente, às fls. 340/350, pugnando pela declaração de nulidade do julgamento, o seguinte: 1) que o defensor público atuou no feito, inclusive em Plenário, sem designação, carecendo, portanto, de legitimidade e em inobservância ao princípio do defensor público natural; 2) que o julgamento foi indevidamente separado, acarretando gravame ao princípio da unicidade de julgamento; 3) que, em função da separação, o apelado foi julgado preferencialmente ao corréu, por força de decisão desfundamentada e que não observou o critério de preferência do art. 429 do CPP; 4) que a quesitação restou defeituosa, haja vista que não foi observada a ordem estabelecida no art. 483 do CPP; 5) que não consta na ata o comando do art. 484, parágrafo único, do CPP; 6) que o advogado do apelado atuou em Plenário enquanto defesa técnica, testemunha e amigo do réu.

No mérito, aduz que a decisão foi manifestamente contrária às provas dos autos.

Contrarrazões, às fls. 356/359, em que a defesa do apelado pugna pelo total desprovimento do apelo.

A Procuradoria de Justiça, através do parecer da lavra da Dra. Maria Helena da Fonte, às fls. 369/374, opinou pelo acatamento, apenas, das preliminares referentes à separação indevida do julgamento dos corréus e à inversão de preferência do julgamento, com a rejeição das demais.

No mérito, opinou pelo desprovimento do recurso.

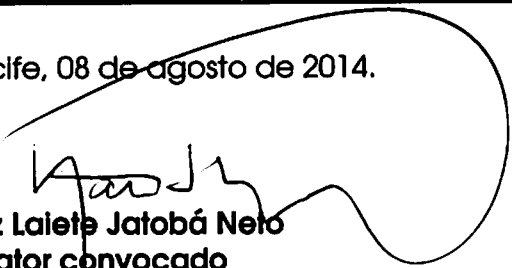
É o relatório.

À Revisão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

Recife, 08 de agosto de 2014.


Juiz Laiete Jatobá Neto
Relator convocado



385

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 0000015-46.2000.8.17.0510 (0212547-3)
Comarca: Condado
Juízo: Vara Única
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: Marcos Antônio Ferreira Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Relator convocado: Juiz Laiete Jatobá Neto

VOTO PRELIMINAR: DA ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE DO DEFENSOR PÚBLICO PARA ATUAR NA COMARCA

O apelante alega, às fls. 340/350, que o defensor público atuou no feito, inclusive em Plenário, sem designação, carecendo, portanto, de legitimidade. Aduz, ainda, que ele é lotado em Macaparana, existindo na Comarca de Condado defensor público legalmente designado, que deveria ter atuado no feito, em observância ao princípio do defensor público natural.

A teor do art. 3.º da Lei Complementar n.º 20/98, são princípios norteadores da atuação da Defensoria Pública do Estado a unidade, a indivisibilidade e a autonomia administrativa, de forma que a atuação do defensor público, no caso, em nada feriu o direito do réu, mas conferiu concretude à ampla defesa e ao contraditório, que é um dos propósitos do Órgão.

Ademais, como se sabe, a jurisprudência vem reconhecendo que tanto o reconhecimento de nulidade absoluta quanto o de nulidade relativa exigem a efetiva demonstração de prejuízo. Isso devido à regra prevista no art. 563, do Código de Processo Penal, que positivou o dogma fundamental da disciplina das nulidades (*pas de nullité sans grief*).

Dispõe o referido dispositivo:

"Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa".

Nesse sentido, precedente do Superior Tribunal de Justiça:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 402 DO CPP. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA. DISCRICIONARIEDADE REGRADA DO JUIZ. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. É assente neste Tribunal Superior o entendimento de que "a produção de provas é ato norteado pela discricionariedade regrada do julgador, podendo ele, portanto, soberano que é na análise dos fatos e das provas, indeferir motivadamente as diligências que considerar protelatórias e/ou desnecessárias". (AgRg no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

AREsp 186.346SP, Rel.Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 21/09/2012)

2. Segundo a legislação processual penal em vigor, é imprescindível quando se trata de nulidade de ato processual a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, o que não ocorreu na espécie. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ - AgRg no AREsp 296.341/RO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 23/05/2013.)

Na hipótese, o representante ministerial não logrou demonstrar a ocorrência de prejuízo a qualquer das partes advindo dos atos processuais praticados pela Defensoria estadual.

Diante do exposto, voto pela rejeição da preliminar.

É como voto.

Recife, 03/09/2014.


Juiz Laete Jatobá Neto
Relator convocado



386

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

Apelação Criminal nº:	0000015-46.2000.8.17.0510 (0212547-3)
Comarca:	Condado
Juízo:	Vara Única
Apelante:	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado:	Marcos Antônio Ferrelra Freire
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal
Relator:	Des. Fausto Campos
Relator convocado:	Juiz Laiete Jatobá Neto

VOTO PRELIMINAR: DA ALEGAÇÃO DE SEPARAÇÃO INDEVIDA DOS JULGAMENTOS

O apelante alega, às fls. 340/350, que o processo, no dia do julgamento e antes de iniciado o procedimento do Júri, foi indevidamente separado, acarretando gravame ao princípio da unicidade de julgamento e causando-lhe prejuízo, uma vez que se preparou para fazer uma acusação ampla, eis que o fato não se divide. Aduz que, em razão do desmembramento, "teve que fazer uma acusação trôpega contra dois réus em tempo inferior". Afirma que a decisão de desmembramento confundiu a acusação, que teve que mudar de supetão sua estratégia, perdendo seu referencial.

A inconformidade do representante ministerial com a decisão de cisão processual encontra-se devidamente registrada nas assentadas de fls. 324/325.

Na hipótese, o magistrado processante, invocando o art. 80 do CPP, que faculta ao juiz o desmembramento no caso de reputá-lo conveniente, deferiu o pedido de separação dos julgamentos apresentado pela defesa do corréu, justificando a decisão na "ampliação do tempo em caso de litisconsorte passivo no Júri", bem como na existência de conflitos entre as defesas, e na possível necessidade de desmembramento caso um dos réus não concordassem com um dos jurados.

A teor do art. 469, § 1º, do Código de Processo Penal, verifica-se que a exceção legalmente prevista para a separação de julgamentos no júri ocorre quando houver por parte de algum dos codenunciados recusa de jurados que não permita *quorum* suficiente para a realização da respectiva sessão.

Por outro lado, para acionar o mencionado artigo 80 do CPP, o magistrado deve demonstrar, argumentativamente, no caso concreto, de que maneira o julgamento simultâneo prejudica a busca da verdade real, de que modo insere-se no processo tumulto em face de diversidade de infrações apuradas ou de excesso de réus.

Assim, a separação dos julgamentos só se justifica em peculiaríssima e excepcionalíssima situação.

Na caso em concreto, trata-se de júri que, embora trabalhoso, não parece fugir da normalidade dos casos de coautoria. Tanto é que a decisão de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

desmembramento restou fundamentada em argumentos genéricos e conjecturas, insuficientes para justificar a cisão processual.

Reputo ferido, assim, o princípio da unicidade do julgamento, que determina o julgamento conjunto, não só por razões de eficiência (economia processual), mas, principalmente, por motivação de justiça e equidade (evitar decisões contraditórias, com respostas diversas ou desproporcionais para o mesmo fato).

Diante do exposto e considerando que restou demonstrado o efetivo prejuízo à acusação, voto pelo acolhimento da preliminar, para que seja o apelado submetido a novo julgamento, juntamente com o corréu.

É como voto.

Recife,

03/09/2014

Yan

Juiz Laiete Jatobá Neto
Relator convocado



387

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO Nº 0212547-3

COMARCA DE ORIGEM: VARA ÚNICA DA COMARCA DE CONDADO/PE

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

APELADO: MARCOS ANTONIO FERREIRA FREIRE

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. MARIA HELENA DA FONTE

RELATOR: DES. SUBST. JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO

REVISOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO DO REVISOR

VOTO PRELIMINAR

1) ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE DO DEFENSOR PÚBLICO PARA ATUAR NA COMARCA

O recorrente se insurge, às fls. 340/350, que o defensor público atuou no feito, inclusive em Plenário, sem designação, não possuindo legitimidade. Alega que ele é lotado em Macaparana, existindo na Comarca de Condado defensor público legalmente designado, que deveria ter atuado no feito, deixando, assim de se observar o princípio do defensor público natural.

A teor do art. 3.º da Lei Complementar n.º 20/98, são princípios norteadores da atuação da Defensoria Pública do Estado a unidade, a indivisibilidade e a autonomia administrativa, de forma que a atuação do defensor público, no caso, em nada feriu o direito do réu, mas conferiu concretude à ampla defesa e ao contraditório, que é um dos propósitos do Órgão.

No caso, o órgão ministerial não conseguiu demonstrar a ocorrência de prejuízo a qualquer das partes nos atos processuais praticados pela Defensoria estadual.

Diante do exposto, voto pela rejeição da preliminar.

É como voto.

Recife,

Odilon de Oliveira Neto
Revisor





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

VOTO PRELIMINAR

2) ALEGAÇÃO DE SEPARAÇÃO INDEVIDA DOS JULGAMENTOS

O recorrente alega, às fls. 340/350, que o processo, no dia do julgamento e antes de iniciado o procedimento do Júri, foi indevidamente separado, causando violação ao princípio da unicidade de julgamento e causando-lhe prejuízo, uma vez que se preparou para fazer uma acusação ampla, eis que o fato não se divide. Relata que, em razão do desmembramento, "teve que fazer uma acusação trôpega contra dois réus em tempo inferior". Aduz que a decisão de desmembramento confundiu a acusação, que teve que mudar de supetão sua estratégia, perdendo seu referencial.

O inconformismo do ministério público com a decisão de cisão processual encontra-se registrada nas assentadas de fls. 324/325.

No caso em tela, o magistrado de 1º grau, invocando o art. 80 do CPP, que faculta ao juiz o desmembramento no caso de reputá-lo conveniente, deferiu o pedido de separação dos julgamentos apresentado pela defesa do corréu, justificando a decisão na "ampliação do tempo em caso de litisconsorte passivo no Júri", bem como na existência de conflitos entre as defesas, e na possível necessidade de desmembramento caso um dos réus não concordassem com um dos jurados.

Conforme dispõe o art. 469, § 1º, do Código de Processo Penal, verifica-se que a exceção legalmente prevista para a separação de julgamentos no júri ocorre quando houver por parte de algum dos codenunciados recusa de jurados que não permita *quorum* suficiente para a realização da respectiva sessão.

Sendo assim, para que o magistrado utilize o artigo 80 do CPP, deve fundamentar, de que maneira o julgamento simultâneo prejudica a busca da verdade real, de que modo insere-se no processo tumulto em face de diversidade de infrações apuradas ou de excesso de réus.

No caso em análise, cuida-se de júri que, embora trabalhoso, não foge da normalidade dos casos de coautoria. Tanto é que a decisão de desmembramento restou fundamentada em argumentos genéricos e conjecturas, insuficientes para justificar a cisão processual.

O princípio da unicidade do julgamento, que determina o julgamento conjunto, foi violado, não só por razões de eficiência (economia processual), mas, por motivação de justiça e equidade (evitar decisões contraditórias, com respostas diversas ou desproporcionais para o mesmo fato).



389

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Diante do exposto e considerando que restou demonstrado o efetivo prejuízo à acusação, **voto pelo acolhimento da preliminar, para que seja o apelado submetido a novo julgamento, juntamente com o corréu.**

É o meu voto.

Recife,

Odilon de Oliveira Neto
Revisor





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

390

VOTO PRELIMINAR

3) ALEGAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA DO ART. 429 DO CPP E DE DESFUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE SUBMETEU O APELADO A JULGAMENTO ANTES DO CORRÉU

O recorrente às fls. 340/350, informa que o recorrido foi julgado preferencialmente ao corrêu, **Clodivaldo José Gomes Freitas**, por força de decisão sem fundamentação e que não observou o critério de preferência do art. 429 do CPP.

O inconformismo do ministério público com a decisão encontra-se às fls. 324/325.

O magistrado de 1º grau optou por julgar primeiro **o apelado (Marcos Antônio)**, antes do corrêu (**Clodivaldo**), cuja decisão de pronúncia transitou em julgado antes, sem fundamentar a decisão. Verifica-se às fls. 324/325 a decisão do magistrado, depreende-se que a decisão se deu porque o advogado do primeiro impôs esta condição para concordar com a separação dos julgamentos.

Conforme prevê o art. 429, III, do CPP, estando os acusados em igualdade de condições, terá preferência de julgamento o precedentemente pronunciado. Sendo assim, a decisão inverteu a ordem legalmente positivada.

O art. 563 do CPP reconhecimento de nulidade, seja ela absoluta ou relativa, exige a efetiva demonstração de prejuízo.

No caso, **não ficou demonstrado prejuízo a qualquer das partes por força da inversão da ordem dos julgamentos.**

Do exposto, **voto pelo inacolhimento da preliminar.**

É como voto.

Recife,

Odilon de Oliveira Neto
Revisor



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
 Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
 Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

VOTO PRELIMINAR

4) ALEGAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA DA ORDEM ESTABELECIDADA NO ART. 483 DO CPP

O recorrente às fls. 340/350, alega que a quesitação apresentada aos jurados restou defeituosa, posto que o primeiro quesito englobou questões sobre a materialidade e autoria, em inobservância à ordem estabelecida no art. 483 do CPP.

Verifica-se, que o STJ é certo na compreensão de que as possíveis irregularidades na quesitação devem ser arguidas no momento oportuno, devendo constar em ata de julgamento, sob pena de preclusão, nos termos do art. 571, inciso VIII, do Código de Processo Penal.

Vejamos:

"PROCESSUAL PENAL. JÚRI. QUESITOS. NULIDADE. ALEGAÇÃO TARDIA. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA.

1. As eventuais nulidades quanto à quesitação do Júri devem ser alegadas no momento próprio, ou seja, logo depois de ocorrerem, sob pena de preclusão. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

4.Habeas corpus denegado."

(HC149.391/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSISMOURA, SEXTATURMA, julgado em 25/05/2010, DJe 21/06/2010)

Observa-se que na ata de julgamento, às fls. 336/338, que, perguntado se havia alguma impugnação a fazer a respeito dos quesitos, o Promotor de Justiça nada requereu.

Sendo assim, eventual defeito na quesitação é matéria atingida pelo instituto da preclusão consumativa.

Pelo exposto, voto pelo não conhecimento da preliminar.

É como voto.

Recife,

Odilon de Oliveira Neto
 Revisor



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

VOTO PRELIMINAR

5) ALEGAÇÃO DE QUE NÃO CONSTA NA ATA O COMANDO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 484 DO CPP

O recorrente fls. 340/350, aduz que não consta da ata de julgamento de fls. 336/338 que o magistrado tenha explicado aos jurados o significado de cada quesito, conforme preconiza o art. 484, parágrafo único, do CPP.

Como já foi já dito, de acordo com o art. 571, inciso VIII, do CPP, possíveis irregularidades havidas em Plenário devem ser arguidas no momento oportuno, devendo constar em ata de julgamento.

Não houve consignação do inconformismo do ministério público no momento oportuno.

Logo, a eventual ausência de explicação aos jurados a respeito dos quesitos é matéria fulminada pela preclusão.

Do exposto, voto pelo não conhecimento da preliminar.

É como voto.

Recife,

Odilon de Oliveira Neto
Revisor





393

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

VOTO PRELIMINAR

6) ALEGAÇÃO DE QUE O ADVOGADO DO APELADO ATUOU EM PLENÁRIO ENQUANTO DEFESA TÉCNICA, TESTEMUNHA E AMIGO DO RÉU

O recorrente às fls.340/350, aduz que o bacharel Samuel Sebastião Nascimento dos Santos atuou em plenário enquanto defesa técnica, testemunha e amigo do réu.

Na ata de julgamento, às fls. 336/338, consta o protesto do Promotor de Justiça quanto ao fato de que o bacharel usou a palavra em plenário fazendo às vezes de testemunha, ao abonar a conduta do apelado.

O juiz presidente, rejeitou o protesto por entender que elogiar a conduta do acusado não implica em se portar como testemunha dos fatos.

Conforme apontado, para que se declare a nulidade processual, mister se faz a demonstração de efetivo prejuízo a uma das partes.

Não sendo suficiente para a decretação de nulidade com a mera arguição de irregularidade na conduta do bacharel quando não demonstrado de que modo restou prejudicada a acusação.

Sendo assim, não vislumbro prejuízo decorrente da alegada nulidade processual, não há fundamento para sua declaração.

Do exposto, voto pelo não acolhimento da preliminar.

É como voto.

Recife,

ODILON DE OLIVEIRA NETO
REVISOR





394

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

VOTO DE MÉRITO

O apelado foi denunciado pela prática do crime de homicídio, capitulado no art. 121, §2º, II e IV ambos do Código Penal, motivo pelo qual foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Condado.

O recorrido, em sede inquisitorial, às fls. 07/11, e na seara judicial, às fls. 79/82, negou que tivesse atirado na vítima, atribuindo a autoria ao corréu (clodivaldo). deixando claro, da mesma forma, que apenas estava no local dos fatos no momento do cometimento do ilícito porque o corréu, policial militar, iniciou a perseguição de carro à vítima, que havia quebrado o vidro de seu carro, sob o argumento de levá-lo à delegacia, e, por isso, o acompanhou.

O policial militar Odilon Firmino Neto, às fls. 122/124, afirmou que viu o momento em que o corréu interceptou a moto em que se encontrava a vítima e a fez entrarem seu carro, onde também se encontrava o apelado, tendo afirmado que iria levá-lo à delegacia. o mesmo relato foi dado pela testemunha Erivaldo José de Santana, às fls. 144/145.

A testemunha Ana Paula Amaral Alves Gadelha, às fls. 92/94, aduziu que o corréu (clodivaldo) chegou a apontar a arma para a vítima, ainda no bar onde se iniciou a celeuma, tendo sido demovido da ideia de atirar pelo apelante, o que certamente influenciou a decisão dos jurados, que optaram pela tese de negativa de autoria.

Como se vê, a absolvição se pautou no depoimento do acusado e na sua narração dos fatos, que se mostrou harmônica com os demais elementos de prova deduzidos, e neste sentido, não está a merecer quaisquer reparos.

Contra a referida decisão, interpôs o órgão ministerial recurso de apelação, aduzindo que a decisão dos jurados contrariou a prova dos autos, que, segundo seu entendimento, demonstra que a autoria delitiva deve ser imputada ao réu.

Como é cediço, para o acatamento do presente recurso, faz-se necessário observar se houve *error in judicando*, por decisão arbitrária dissociada da prova carreada para os autos.

Registro que o julgamento feito pelo Tribunal do Júri somente é passível de ser anulado se a decisão tomada afrontar as provas colhidas na instrução, pois a soberania assegurada pelo texto constitucional deve ser respeitada.

No que concerne à alegação de que a decisão do conselho de sentença não encontra amparo nas provas dos autos, é importante ressaltar que a decisão do Tribunal do Júri é soberana, somente podendo ser reformada em situações excepcionais, previstas no art. 593 do Código de Processo Penal.

Relativamente ao princípio constitucional da soberania dos veredictos, a orientação jurisprudencial de nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de



395

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

que só há decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando se evidencia absolutamente alheia aos elementos de convicção constantes do processo. Senão vejamos os seguintes arestos do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO E EMBARGOS INFRINGENTES. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 593 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO FORA CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS NÃO RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA A QUO. EXISTÊNCIA DE DOIS LAUDOS COM DIVERGÊNCIAS ACERCA DA MORTE DA VÍTIMA. EXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA QUE SUBSIDIARAM A OPÇÃO DO JÚRI POPULAR POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1. O órgão judicial, para expressar sua convicção, não está compelido a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Omissão inexistente.

2. **Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas. Precedentes.**

3. O acórdão recorrido, embora tenha consignado que se tratava de questão insuscetível de ser apreciada porque não argüida anteriormente, e por isso não haveria omissão a ser sanada, na realidade, efetivamente examinou toda a matéria acerca da prestabilidade de um laudo em face do outro, não deixando qualquer dúvida quanto à possibilidade de o Júri Popular, acolhendo uma das versões expostas, valer-se de um deles.

4. Ausência de violação à lei federal, além de indemonstrado dissídio jurisprudencial.

5. Recurso não conhecido. (STJ, REsp 809680/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 06.11.2006, p. 366) (Grifos nossos).

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. APELAÇÃO DA DEFESA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. OPÇÃO DOS JURADOS PELA TESE ACUSATÓRIA QUE ENCONTRA AMPARO NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO. ART. 59 DO CP. INOCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. **Não há falar em decisão contrária à prova dos autos quando, diante de duas versões que se contrapõem, os jurados optam por uma delas, desde que a tese eleita esteja amparada em provas carreadas nos autos.**

2. No caso, os jurados se convenceram da tese aventada pela acusação, que, por sua vez, possuía fundamento nas provas colhidas ao longo de toda a instrução processual, de forma que, entender pela nulidade da referida decisão plenária, consistiria em inegável afronta à soberania dos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri.

3. É cediço que a pena-base deve ser fixada concreta e fundamentadamente (art. 93, IX, CF), de acordo com as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do delito.

4. Na espécie, não se vislumbra a existência de constrangimento ilegal a ser sanado na via estreita do writ, porquanto a pena-base fora estabelecida acima do



396

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

mínimo legal de maneira fundamentada, com lastro em elementos idôneos, atendendo ao princípio da proporcionalidade.

5. Tem-se por inviável o reexame, em habeas corpus, de aspectos da sentença adstritos ao campo probatório, daí que, somente quando despontada a existência de ilegalidade na fixação da pena, é descortinada a possibilidade da sua correção na via eleita, o que não é a hipótese dos autos.

6. Ordem denegada.

(HC 99.202/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 28/02/2012, DJe 12/03/2012)

Desse modo, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos.

In casu, o conselho de sentença, analisando o conjunto probatório, acolheu a tese da defesa e concluiu que o recorrente não praticou o crime de homicídio ao qual lhe estava sendo imputado.

Pelos depoimentos acima entendo que a versão apresentada pela defesa encontra-se lastreada em provas concretas e harmônicas entre si, de tal sorte que deve ser respeitada a soberania do Tribunal do Júri. Assim, me parece descabida a alegação do Apelante no sentido de que a decisão dos jurados foi **manifestamente** contrária à prova dos autos. Ora, as decisões do Conselho de Sentença somente poderão ser anuladas se estiverem em evidente dissonância com a prova dos autos, em obediência ao princípio da soberania dos veredictos, contido no art. 5º, inc. XXXVIII, "c", da Constituição. Logo, não há que se falar em novo julgamento quando tiverem os jurados acolhido tese que encontre supedâneo em elementos contidos no processo.

A expressão "manifestamente" impõe uma interpretação restritiva do que venha a ser uma decisão contrária à prova dos autos. Significa dizer que a prova que não nenhum amparo em nenhuma corrente probatória. A opção dos jurados por uma ou outra versão, em detrimento dos interesses de uma das partes, não autoriza a cassação do veredicto; nesse sentido:

O advérbio "manifestamente", constante do art. 593, III, d, do CPP, autoriza os jurados a apoiarem-se em qualquer prova dos autos, não cabendo questionar-se se tal prova é a melhor ou se foi corretamente valorada. Basta que a decisão do júri se apóie em alguma prova existente nos autos, como se deu no caso.

(passagem da ementa do AO 1047 ED/RR, Relator MINISTRO JOAQUIM BARBOSA, j. em 19/12/2008, Tribunal Pleno)

Corroborando com esse entendimento, os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. **CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME.** DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. ASPECTO SUBSUMIDO AO TIPO PENAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.



397

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada da prova existente no processo. Precedentes.

....omissis

Recurso parcialmente provido.

(REsp 1209829/MS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 01/02/2011)

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. APELAÇÃO DA DEFESA. **DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. OPÇÃO DOS JURADOS PELA TESE ACUSATÓRIA QUE ENCONTRA AMPARO NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO. ART. 59 DO CP. INOCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE.**

1. Não há falar em decisão contrária à prova dos autos quando, diante de duas versões que se contrapõem, os jurados optam por uma delas, desde que a tese eleita esteja amparada em provas carreadas nos autos.

2. No caso, os jurados se convenceram da tese aventada pela acusação, que, por sua vez, possuía fundamento nas provas colhidas ao longo de toda a instrução processual, de forma que, entender pela nulidade da referida decisão plenária, consistiria em inegável afronta à soberania dos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri.

....omissis

6. Ordem denegada.

(HC 99.202/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 28/02/2012, DJe 12/03/2012)
(grifei)

Sobre a interpretação das provas pelo Conselho de Sentença, peculiar o ensinamento do professor Guilherme de Souza Nucci, assim redigido:

"(...) Não cabe a anulação, quando os jurados optam por uma das correntes de interpretação da prova possíveis de surgir. Exemplo disso seria a anulação do julgamento porque o Conselho de Sentença considerou fútil o ciúme, motivo do crime. Ora, se existe prova de que o delito foi, realmente, praticado por tal motivo, escolheram os jurados essa qualificadora, por entenderem adequada ao caso concreto. Não é decisão manifestamente contrária à prova, mas situa-se no campo da interpretação da prova, o que é bem diferente. Consideramos que a cautela, na anulação das decisões do júri, deve ser redobrada, para não transformar o tribunal togado na real instância de julgamento dos crimes dolosos contra a vida.(...)" (Nucci, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 6ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 927) (grifos adicionais)

Destarte, não há como acolher a pretensão recursal do órgão ministerial de anulação da decisão do Conselho de Sentença e submissão do réu a um novo julgamento.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento ao apelo.**

Recife, 03 de 09 de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator